




CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

REQUERIMENTO Nº 033/2025

Que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Guilherme Augusto Guimarães de Oliveira, o **anteprojeto de lei que "Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima Associada a Ações Socioeducativas, Bolsa-Escola e dá outras providências"**.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal
09 de Junho de 2025


EDUARDO PRETO
Vereador


Eduardo Preto
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – RUA URBINO VIANA, Nº 600, VILA GUILHERMINA – CEP:
39.400-087 – MONTES CLAROS/MG. TELEFONES (38) 3690-5404 / (38) 3690-5489 / E-MAIL:
VER.EDUARDOPRETO@MONTESCLAROS.MG.LEG.BR

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
09 / 06 / 2025	
HORA: 16h30	
ASS: KSR Baldino.	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

ANTE PROJETO DE LEI Nº/2025

**INSTITUI O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA
MÍNIMA ASSOCIADA A AÇÕES SOCIO EDUCATIVAS, A
BOLSA-ESCOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Montes Claros o Programa de Garantia de Renda Mínima veiculada à Educação – Bolsa Escola e ações socioeducativas conforme a Lei Federal nº 10.219 de 11 de abril de 2001.

§ 1º São beneficiários do Programa instituído por esta Lei famílias com renda familiar mensal per capita até 1/3 do salário mínimo vigente que possuam sob sua responsabilidade, crianças com idade entre quatro e quinze anos, matriculados em estabelecimento de ensino regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento.

§ 2º Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

- I. Família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que formem um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo seu sustento pela contribuição de seus membros;
- II. Para enquadramento na faixa etária será considerada a idade da criança em número de anos completados até o primeiro dia útil do ano no qual se dará a participação financeira da União; e
- III. Para determinação da renda familiar per capita, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.

§ 3º O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda per capita fixado no §1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

EDUARDO PRETO
Vereador


Eduardo Preto
Vereador

§ 1º O conselho constituído nos termos deste artigo terá membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo por indicação das seguintes entidades:

- I – Representantes do Poder Executivo;
- II – Representantes da Câmara Municipal;
- III – Representantes dos Pais de Alunos;
- IV – Representantes dos Comerciantes Municipais;
- V – Membros de livre nomeação.

§ 2º A participação no Conselho Instituído neste artigo não será remunerada, ressalvando o ressarcimento das despesas necessárias à participação nas reuniões;

§ 3º É assegurado ao Conselho de que trata este artigo o acesso a toda documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 09 de Junho de 2025

EDUARDO PRETO

Vereador


Eduardo Preto
Vereador